

OS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL: ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E DESAFIOS ATUAIS

THE POPULAR MOVEMENTS IN BRAZIL: ELEMENTS HISTORIC SOCIAL AND CURRENT CHALLENGES

Michelly Ferreira Monteiro ELIAS*

Resumo: Este artigo reflete sobre alguns desafios dos movimentos sociais de caráter popular no contexto atual da luta de classes no país. Consideram-se os movimentos populares como manifestações das lutas sociais que possuem determinações específicas de acordo com o movimento histórico. Diante das lutas que se configuraram da década de 1980 até os anos 2000, atualmente os desafios colocados para os movimentos populares estão permeados pela fragilidade do movimento operário; pela permanência da reestruturação produtiva e predominância do capital financeiro no contexto imperialista; pela continuidade de uma correlação de forças desfavoráveis para as lutas da classe trabalhadora e por uma conjuntura política caracterizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do Governo Federal.

Palavras-chave: lutas sociais; movimentos populares; realidade brasileira.

Abstract: This article reflects about some challenges of social movements of popular character in the current context of class struggles in the country. Consider the popular movements as expressions of social struggles which have specific determinations in accordance with the historical movement. Faced of the struggles that have taken shape of the decade from 1980 until the year 2000, currently the challenges posed to the popular movements are permeated by the weakness of the labor movement; the permanence of productive restructuring and the predominance of financial capital in the context imperialist; by continuity of a correlation of forces unfavourable for the struggles of the working class and by a political situation characterized by the Partido dos Trabalhadores (PT) in command of the Federal Government.

Keywords: social struggles; populars movements; Brazilian reality.

Introdução

Este artigo analisa os movimentos sociais de caráter popular no contexto atual das lutas de classes no Brasil, tendo como referência o processo histórico das lutas sociais na sociedade burguesa. À luz dos estudos realizados sobre os movimentos sociais, identificamos que tais movimentos fazem parte do processo de lutas e contradições das sociedades e, em especial, da sociedade capitalista, nas quais se constituíram tanto os movimentos sociais de caráter conservador, quanto os movimentos sociais de caráter popular e progressista.

* Mestre em Políticas Públicas – Doutoranda – Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: michellyeliass@gmail.com.

Neste artigo abordaremos o que identificamos enquanto movimentos sociais de caráter popular. Além disso, temos como pressuposto que desde a década de 1980 os movimentos populares têm desempenhado um importante papel no âmbito das lutas de classes no país. Considerando os limites e possibilidades que permeiam a atuação de tais movimentos, entendemos que estes incidem de forma dialética no processo das lutas de classes e que parte dos desafios colocados para os movimentos populares deve ser enfrentada pelo conjunto da classe trabalhadora.

Os estudos sobre os movimentos sociais se colocam de forma especialmente diversa nas Ciências Sociais, inclusive entre referenciais que se vinculam a uma mesma tradição teórica. Esta constatação traz presente o desafio teórico que é a realização de estudos sobre o referido tema, principalmente no campo da tradição marxista e, em particular, no debate que envolve a teoria da luta de classes, os quais são referências para as reflexões aqui contidas. Conforme Galvão (2012), uma teoria marxista dos movimentos sociais é algo ainda a ser construído no âmbito do próprio marxismo.

Partimos do pressuposto de que as lutas sociais específicas da sociedade burguesa expressam, de forma dialética, diversos aspectos do processo de formação e de lutas entre as classes e frações de classes.

Considerando o contexto histórico das lutas sociais na década de 1960, principalmente a partir do maio de 1968, marcado por lutas e reivindicações do movimento estudantil e por greves gerais iniciadas na França (conforme abordaremos no próximo item), movimentos sociais que passaram a se organizar, principalmente em torno de reivindicações por melhoria e expansão de direitos sociais, políticos e trabalhistas, adquiriram significativa visibilidade no contexto internacional.

Esses movimentos, que desde a referida década lutam por igualdade étnico-racial, igualdade de gênero e por bandeiras feministas, por maior participação e liberdade política, por mudanças no padrão cultural hegemônico e por melhores condições de vida e trabalho nos grandes centros urbanos, foram adquirindo importância no decorrer dos anos de 1970, em um contexto de mudanças que ocorreram no padrão de desenvolvimento capitalista e na caracterização das classes sociais.

Nesse período, passou a se desenvolver o debate teórico sobre os movimentos sociais, em que as diferentes análises, determinadas pelos respectivos referenciais teórico-metodológicos e categorias de análise, foram constituindo formas distintas de analisar e compreender os movimentos sociais, principalmente os de caráter popular. Nesse sentido, o debate acerca da “Teoria dos Novos Movimentos Sociais” adquiriu destaque, o qual situaremos no decorrer do artigo.

Diante desses elementos e visando refletir sobre os movimentos populares no contexto atual da luta de classes na realidade brasileira, abordamos na primeira parte deste artigo as principais características do processo histórico das lutas sociais no âmbito da sociedade capitalista em sua fase monopolista, em particular para refletirmos sobre a realidade que se constituiu a partir da década de 1960. Considerando o debate teórico existente sobre os movimentos sociais, nos referenciamos nas concepções de autores como Lopes (1999), Reis (2000), Duriguetto e Montaña (2011), que situam teoricamente os movimentos populares enquanto expressões das lutas sociais.

Posteriormente, destacamos alguns dos principais aspectos da formação sócio-histórica do capitalismo no Brasil, que trouxe características específicas para a formação das classes e seus processos de lutas no país. Partindo do histórico das lutas sociais desde a década de 1980 até a atualidade, destacamos os principais movimentos populares que vêm incidindo na vida social e política do Brasil, buscando refletir sobre alguns dos principais desafios desses movimentos no âmbito da luta de classes.

Lutas sociais e movimentos populares: histórico e concepção

Os movimentos sociais passaram a ser tema de estudo das Ciências Sociais de forma mais sistemática a partir da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Mas as lutas sociais na sociedade burguesa vêm de um histórico de lutas, processos revolucionários e organização política da classe trabalhadora que se iniciaram na segunda metade do século XIX e que se mantiveram de forma intensa até os anos de 1960.

No contexto da fase imperialista do capital, desde o início do século XX ocorreram acontecimentos políticos importantes no quadro internacional da luta de classes. Processos como a Revolução Russa, em 1917, a organização da Internacional Comunista (IC), a partir de 1919, a ascensão do nazi-fascismo na Europa, na década de 1930, a expansão do Estado de Bem-Estar Social também na Europa e o início da Guerra Fria, ambos após a Segunda Guerra Mundial, alteraram de forma significativa as lutas sociais de caráter socialista.

Conforme abordado por Braz (2011), com a vitória dos bolcheviques na Revolução Russa e com a fundação da Internacional Comunista, a luta comunista internacional passou a ser dirigida pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e, devido aos desdobramentos que ocorreram, principalmente após a morte de Lenin em 1924, “entre 1929 e 1943, a IC transformou-se [...] numa organização que servia de correia de

transmissão das orientações do partido bolchevique stalinizado aos PCs dos diversos países a ela vinculados” (BRAZ, 2011, p. 108). Além disso, a decadência teórico-política da IC, conforme apontada por Claudín apud Braz (2011), a aliança germano-soviética entre 1939 e 1941 e as limitações em torno do enfretamento à socialdemocracia levaram a uma fragilidade do movimento comunista internacional que culminaram no fim da IC em 1943.

Este processo se acentuou nas décadas de 1950 e 1960 devido às posições soviéticas que sobrepujam os interesses russos aos interesses da luta comunista internacional, ao aumento da influência reformista da socialdemocracia europeia nas lutas da classe operária e à redução do marxismo-leninismo às visões dogmáticas (BRAZ, 2011).

Considerando essas características do movimento comunista, as experiências socialistas realizadas e o contexto da luta de classes a partir da década de 1960, Braz (2011, p.237) argumenta que,

Ao mesmo tempo em que as sociedades socialistas construídas até então – até a década de 1960 – praticamente encerravam as possibilidades de expansão e ingressavam numa etapa histórica em que passariam a viver com crescentes dificuldades econômicas e sociais, a sociedade capitalista inicia a entrada num novo estágio, cujas estratégias políticas e produtivas trariam enormes modificações no perfil das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, nas suas organizações políticas, que se deparavam com novas situações no curso da luta de classes.

Sintetizando a análise que Claudín (2013) realiza sobre a crise do movimento comunista internacional entre o período de 1949 até o fim da experiência do chamado “socialismo real”, que teve como marco a queda do Muro de Berlim em 1989, Netto (2013) considera que os acontecimentos históricos como o combate à Primavera de Praga, a ascensão e queda do fascismo e a autocracia stalinista adensaram esse processo de crise.

Associadas a esse movimento, as modificações que ocorreram no processo produtivo capitalista na década de 1970, através da acumulação flexível, conforme analisa Harvey (2011), também foram determinantes para as mudanças que se deram no âmbito da luta de classes. Caracterizando a acumulação flexível como uma estratégia para enfrentar a crise do capital, que no contexto de esgotamento do padrão fordista-keynesiano chegou a seu ápice em 1973, com uma profunda recessão devido ao choque do petróleo, Harvey (2011) coloca que nesse modelo surgiram novos setores de produção, com “novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e,

sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2011, p. 140).

Nesse sentido, se constituiu o fenômeno da reestruturação produtiva, que incorporou um alto nível de automação na produção, levando à substituição de parte significativa da força de trabalho por complexos maquinários de alta tecnologia e à subcontratação e precarização da força de trabalho empregada. Este processo teve como resultado o aumento da exploração e do controle sob a força de trabalho, em diferentes formas e níveis, agravado pela realidade de aumento do desemprego. Associados a um conjunto de privatizações e reformas que destituíram diversos direitos sociais e trabalhistas, estes acontecimentos atingiram a condição objetiva da classe trabalhadora e, conseqüentemente, suas formas de luta e organização construídas até então.

Em relação às condições objetivas, as principais alterações foram: a implantação de processos produtivos difusos, onde o espaço de realização do trabalho, que antes ocorria de forma concentrada em grandes fábricas e complexos industriais, passa a ser realizado de forma terceirizada, desaglomerada e descentralizada; a utilização da automação e da robótica para otimizar o tempo de trabalho e aumentar a produtividade; a execução do trabalho passa a demandar do trabalhador a realização de diferentes tarefas, exigindo também diferentes conhecimentos técnicos, levando à polivalência e à poliatividade; novas formas de relações salariais são implantadas, principalmente através da terceirização, levando à desvalorização salarial, à flexibilização de direitos trabalhistas e à precarização das condições de trabalho.

Essas modificações impuseram novos obstáculos e desafios para a classe trabalhadora, afetando principalmente o movimento sindical. Dentre as diversas expressões desse processo, Antunes (2010) destaca que passa a existir um fosso entre os trabalhadores “estáveis” e os que se encontram em condições trabalhistas precarizadas, gerando certa separação e diferenciação entre esses segmentos, e dificultando formas comuns de organização sindical entre eles; a classe trabalhadora se torna mais heterogênea, complexa e fragmentada, dificultando a construção e a formação política e ideológica enquanto classe; a capacidade de mobilização para a realização de greves diminui de forma significativa, devido à criação de marcos legais, que passam a punir essas formas de luta.

Em meio a essa realidade, o ano de 1968 foi um marco no âmbito das lutas sociais, devido à realização de diversas mobilizações e lutas, iniciadas na França, em torno principalmente de contestações de caráter cultural e político. Essas lutas foram marcadas pelo protagonismo da juventude e do movimento estudantil que, ao estabelecer alianças

com os trabalhadores naquele país, realizaram uma greve geral e diversas ações de caráter insurrecionais. Posteriormente, as lutas se expandiram para outros países da Europa, da América Latina e Estados Unidos.

Segundo Lowy (2008), apesar da radicalidade em diversas ações, identifica-se de forma predominante que as perspectivas dessas lutas eram principalmente pela defesa da autonomia e da subjetividade das pessoas e de diversos grupos sociais, e contra a opressão e mercantilização impostas pela cultura capitalista moderna.

Embora contestadoras, essas lutas não tinham no horizonte a perspectiva de uma transformação estrutural da sociedade e nem reivindicavam a luta por direitos, atrelada à construção de um possível projeto político que visasse a superação da ordem. Segundo Lowy (2008), as lutas desse período foram marcadas por certo espírito romântico que combinou “sonhos libertários e surrealistas” com um determinado caráter anticapitalista no sentido de um “protesto contra o desencantamento moderno do mundo, a dissolução individualista competitiva das comunidades humanas e o triunfo da mecanização, da mercantilização, da reificação e da quantificação” (LOWY, 2008, p. 33).

Posterior a maio de 1968, houve a ascensão de diversos movimentos sociais no contexto social e político, entre eles os movimentos feminista, estudantil, negro, ambientalista, de diversidade sexual, urbano, pacifista, para citar alguns.

É nesse contexto que surge o debate teórico da “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”, que passou a ter significativa influência nas Ciências Sociais e nas análises sobre os movimentos sociais desde então.

Duriguetto e Montañó (2011) colocam que, desde seu início, esse debate passou a envolver três principais referenciais: o referencial acionalista, tendo como premissa a separação dos “novos movimentos sociais” tanto da dimensão econômica, quanto da política, sendo que o principal ator dos conflitos sociais existentes passa a ser os movimentos sociais e não a classe; o referencial da chamada “esquerda pós-moderna”, que partindo da ideia da falência da razão moderna e do fim do projeto socialista, identificam que os “novos movimentos sociais” passam a expressar as diversas formas de indignação contra as novas formas de opressão presentes na sociedade contemporânea, lutando pela construção de uma nova sociabilidade, em que a autonomia, a subjetividade, a identidade e as particularidades de cada grupo social sejam reconhecidas; e o referencial marxista, partindo da análise de que o capitalismo se reconfigurou a partir da crise de 1970, ocasionando expressões específicas da relação capital/trabalho com a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal, que alteraram a configuração das lutas sociais e dos movimentos sociais a partir deste período, adquirindo contornos específicos

em suas lutas, ao mesmo tempo em que continuaram expressando elementos comuns da determinação fundante da exploração do capital sobre o trabalho no modo de produção capitalista.

Ao analisar o pensamento dos teóricos dos chamados “novos movimentos sociais”, Braz (2013) coloca que, devido à mudança na correlação de forças internacionais da relação capital/trabalho a partir da década de 1960, essa análise foi desenvolvida associada à ideia de inovação em relação aos movimentos clássicos dos séculos XVIII a XIX. Segundo o autor, essa teoria teve na essência a intenção de se apresentar como uma compreensão desses movimentos enquanto forma de organização alternativa ao capitalismo, assim como ao comunismo, associada ao dogmatismo revolucionário característico da “esquerda tradicional”, referenciada na perspectiva marxista-leninista.

O autor identifica dois elementos comuns nesse debate: “a ideia de que há um deslocamento das lutas sociais da esfera da produção para a esfera da reprodução, compreendendo aí a esfera do consumo coletivo; e a ênfase na esfera do político” (BRAZ, 2013, p. 125). Assim, ele problematiza o que identifica nas Ciências Sociais enquanto “busca de novos conceitos” que têm a intenção de rotular “fenômenos incessantemente produzidos pelo movimento do real” (BRAZ, 2013, p. 133). Devido a isso, coloca que esses estudos acabam se situando no nível da aparência, onde se supervalorizam os conceitos de subjetividade e cultura, buscando estabelecer oposições mecanicistas como a de tradicionais *versus* novos.

Corroboramos com essa análise por identificarmos que os teóricos dos “novos movimentos sociais” tendem a se limitar a uma visão de caráter culturalista e politicista dos movimentos sociais, desconsiderando as determinações e a relação dialética entre as esferas econômica, política, social e cultural que permeiam os fenômenos sociais, assim como o movimento contraditório da realidade.

Considerando esse debate, Duriguetto e Montañó (2011) indicam a importância de analisar o movimento dos movimentos sociais na historicidade das lutas sociais e do processo da luta de classes, considerando principalmente as realidades brasileira e latino-americana nos anos de 1990, marcadas pela heterogeneidade dessas lutas.

Afirmamos, em acordo com Evangelista (1992), que o aparecimento dos movimentos sociais contemporâneos *ampliara* o campo da política e das práticas políticas, em vez de seu abandono pelas causas culturais; e que ao contrário de ‘novos sujeitos políticos’, que substituam os ‘velhos’ sujeitos – como por exemplo, o proletariado, o sindicato –, o que temos são sujeitos políticos *renovados pluridimensionalmente*. Em lugar de ‘novas práticas sociais’ temos uma práxis social com

dimensões ainda ignoradas (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 343).

A partir desses elementos, nos baseamos na concepção de Reis (2000) que, ao relacionar movimentos sociais e luta de classes, se referencia na análise de Lopes (1999) sobre a categoria movimento social em Marx, e coloca:

‘Movimentos sociais’ aqui expressam as diversas lutas sociais engendradas no terreno histórico da luta de classes. São desdobramentos das “relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico (REIS, 2000, p.120).

Diante da existência do movimento contraditório da realidade, os movimentos sociais se situam no âmbito do processo histórico da luta de classes, que não está restrita à dimensão produtiva. Nesse sentido, também se expressa enquanto lutas sociais nas diversas dimensões da vida social, ou seja, nos âmbitos da produção e reprodução das relações sociais.

Nessa perspectiva, Duriguetto e Montaño (2011, p. 118) situam "as ‘lutas sociais’ como derivações, manifestações, desdobramentos específicos das ‘lutas de classes’, e delas constitutivas [...]”. Assim, entendem que as questões específicas pelas quais os movimentos sociais lutam expressam as diferentes manifestações da questão social.

Consideramos que as ‘lutas sociais’, inclusive aquelas orientadas mais diretamente às manifestações e não ao cerne da ‘questão social’, representam desdobramentos das ‘lutas de classes’, mesmo tendo objetivos imediatos [...]. Mas na medida em que essas diversas ‘problemáticas’ são manifestações, sequelas da ‘questão social’, ou seja, fundadas na contradição capital-trabalho, as lutas desenvolvidas em torno delas não podem ser entendidas realmente se desconsiderarmos tal contradição fundante do MPC, se autonomizarmos ou isolarmos da ‘questão social’ suas manifestações ((DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 119).

Assim, partimos da concepção desses autores para refletirmos sobre os movimentos sociais de caráter popular no contexto atual da luta de classes no Brasil, entendendo tais movimentos enquanto manifestação das lutas sociais, que possuem determinações acerca da questão social e que adquirem configurações específicas de acordo com o movimento histórico, tendo como eixo central desse processo as lutas de classes.

Na particularidade da realidade brasileira, os movimentos populares passaram a se destacar a partir da década de 1980, com objetivos, bandeiras de lutas e formas de organização específicas, caracterizando-se por lutas em torno de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Com isso, ao abordarmos os movimentos populares desde esse período, buscamos situar alguns de seus principais desafios no contexto atual da luta de classes, considerando algumas possibilidades e limites desse processo.

Os movimentos populares na realidade brasileira

A inserção brasileira no capitalismo mundializado se caracterizou pela dependência, desde o período colonial do século XVI ao XVIII, em que tinha fundamentalmente a função de realizar a extração de minério, madeira, borracha e grandes plantações de monocultura de algodão, café, cana-de-açúcar, dentre outros, para exportação, conforme determinado pelo papel que cumpria na divisão internacional do trabalho no referido período.

A instalação da República e a extinção da escravidão negra no século XIX sinalizaram mudanças nas diretrizes da produção capitalista do país, que além de fornecedor de matérias-primas, passou a cumprir também um papel de consumidor de produtos industrializados dos países de “capitalismo avançado”, bem como importador do tipo de industrialização já considerada defasada nesses países.

As mudanças na organização do sistema capitalista no Brasil consolidaram-se no século XX, principalmente a partir de 1930, no contexto do capitalismo monopolista, com o início da implantação de grandes indústrias e fábricas nos centros urbanos, bem como de grandes projetos agropecuários, hidrelétricas e usinas pelo interior do país. Esses projetos, contando diretamente com financiamentos e apoio de organismos internacionais e do Estado, influenciaram e se associaram à questão do êxodo rural, principalmente na década de 1950, quando enorme massa de ex-camponeses e ex-trabalhadores rurais foram deslocados para as cidades em busca de emprego, formando assim parte considerável da heterogênea classe trabalhadora brasileira.

Apesar da consolidação do capitalismo no país nesse período, com o avanço da produção interna, o incentivo ao mercado e a expansão do trabalho assalariado, os pilares do padrão do capitalismo de tipo dependente permaneceram.

Associada a isso, a construção da identidade da burguesia brasileira permaneceu marcada pela herança escravocrata e latifundiária, autoritária politicamente, e pela condição de subserviência em relação ao capital internacional. Como analisado por

Fernandes (2005), construíram-se historicamente essas características particulares da burguesia brasileira, que nunca reconheceu a classe trabalhadora brasileira enquanto portadora dos seus direitos sociais e da sua condição de cidadania, valores esses defendidos pelo pensamento liberal, o qual foi o orientador teórico e político durante a consolidação do capitalismo no século XIX nos chamados países centrais.

De forma geral, esses elementos contribuem para entendermos a forma como as classes antagônicas foram estabelecendo suas relações na particularidade da formação brasileira e, nesse sentido, para situarmos o caráter que as lutas sociais foram adquirindo diante do padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Segundo Comparato (2003), as lutas sociais na formação social brasileira se iniciaram envolvendo principalmente a questão da luta pela terra, com a resistência indígena no século XVI e, posteriormente, com a luta dos negros contra a escravidão, em que se destacou a formação de quilombos nos séculos XVI e XVII. No final do século XIX e início do XX também ocorreram diversas lutas que envolveram a questão da terra, como Canudos em 1893 e Contestado em 1912.

As lutas pelos direitos sociais adquiriram visibilidade no decorrer do início do século XX, período em que ocorreram as primeiras ações do Estado para regulamentar as condições de existência e de reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora, que foi se conformando nos grandes centros urbanos sob condições extremamente precárias. Essas ações, que representavam as iniciativas do que seriam a partir de 1930 as primeiras políticas sociais no país, expressavam, ao mesmo tempo, processos de lutas e reivindicações que ocorriam por parte desses trabalhadores e a ação mediadora do Estado para garantir a expansão do capital no país, através da regulamentação e do incentivo ao trabalho assalariado.

Esse foi um período de desenvolvimento das lutas sociais de caráter sindical, fundamentais para as conquistas dos primeiros direitos trabalhistas e sociais. Nesse contexto, formaram-se diversas organizações de caráter popular e de influência comunista, de que são exemplos a Frente Única Sindical (FUS) em 1934, a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), ambas em 1935.

Conforme Antunes (2010), o Estado buscou estratégias para estabelecer um controle sobre o movimento sindical, como forma de evitar avanços nas lutas e na organização da classe trabalhadora e garantir a expansão capitalista.

Partindo da análise de Fernandes (2005) acerca das especificidades que caracterizam as economias de tipo dependente como a brasileira, e de outros países da América Latina, destacamos que,

No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas, em cada uma das três fases que marcam a evolução interna do capitalismo. Em nenhuma delas tivemos uma réplica ao desenvolvimento capitalista característico das nações tidas como centrais e hegemônicas (quanto à irradiação e à difusão do capitalismo no mundo moderno). Ao contrário, nas três situações sucessivas, o desenvolvimento capitalista apresenta os traços típicos que ele teria de assumir nas nações tidas como periféricas e heteronômicas, fossem ou não de origem colonial (FERNANDES, 2005, p. 261).

Assim, mesmo com a expansão do capitalismo monopolista de caráter dependente no Brasil, em que o papel coercitivo e de cooptação do Estado foi bem sucedido, as lutas do movimento sindical se destacaram no âmbito das lutas sociais até a década de 1960. Isto em um contexto em que também havia lutas sociais no campo, ligadas a um processo de organização política, como as Ligas Camponesas e as ULTABs (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil).

É importante destacar que o período do capitalismo brasileiro conformado entre 1930-64 foi considerado como a fase nacional-desenvolvimentista. Almeida (2012) caracteriza esse processo enquanto políticas e ideologias integrantes da reprodução de relações sociais capitalistas, colocando que este foi um dos “momentos muito bem-sucedidos da dominação burguesa em uma formação social capitalista dependente, com regime liberal-democrático e políticas que se apresentam como desenvolvimentistas” (ALMEIDA, 2011, p. 692). Essas políticas se caracterizaram pela ação do Estado para a expansão econômica do país, principalmente através do incentivo à indústria nacional, à expansão do crédito e do mercado consumidor, associados a uma ideologia de caráter nacionalista que, segundo o autor, propiciou alianças políticas com diversos setores da sociedade.

Nos anos de 1964 houve o início da ditadura civil militar, atrelada a um claro projeto de autocracia burguesa, que “obstaculizou todo esse processo de organização sindical dos trabalhadores no campo e na cidade” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 240). Apesar da repressão e de legislações, que passaram a criminalizar as lutas do movimento sindical, este ainda manteve importantes formas de resistência durante a ditadura, juntamente com o movimento estudantil, demais movimentos populares, organizações e grupos de esquerda.

Nessa época, a perspectiva de modernização conservadora se consolidou com a intensificação da produção industrial e a ampliação do mercado interno, associada aos interesses do capital internacional em que, apesar do crescimento econômico, permaneceu a realidade de desigualdade social e de heteronomia em relação ao capital internacional.

O Estado atuava através das políticas sociais como uma estratégia para legitimar o regime, havendo a expansão das políticas de assistência social, previdência social e habitação, conforme apontam Behring e Boschetti (2008), ao mesmo tempo em que possuía uma prática totalmente repressora a qualquer forma de organização e luta ligada aos interesses das classes trabalhadoras e dos segmentos populares.

Diante dessa realidade de crise internacional do capital, desde o início da década de 1970, e das tensões geradas pelas lutas sociais de contestação ao regime militar no país, “em 1974 começam a transparecer as primeiras fissuras e sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime [...]” (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p.137).

Nesse contexto de acirramento das contradições, as mudanças no regime político para a transição democrática, que se efetivaram em 1985, foram ocorrendo de forma a manter o país sob o domínio dos interesses burgueses, no sentido de evitar quaisquer possibilidades de mudanças radicais.

Apesar disso, a década de 1980 foi marcada por um período de aprofundamento de crise para o capital que levou ao aumento de juros e da inflação no país, à diminuição da taxa de industrialização e ao aumento do endividamento do Estado, que assumiu as dívidas do setor privado. Além disso, esse foi um período de avanço das lutas sociais, tanto no movimento sindical, quanto nos movimentos populares, que possuíam bandeiras de lutas voltadas principalmente para a garantia dos direitos sociais; pela reformulação e ampliação de diversas políticas públicas; pela realização de reformas sociais; ampliação da participação política; igualdade étnica e de gênero, dentre outras.

Esse processo proporcionou a formação e o fortalecimento de uma diversidade de movimentos populares, dentre eles o movimento estudantil, movimentos feministas, movimento negro, movimentos de luta pela moradia, movimentos de luta pela terra e por reforma agrária, movimentos ambientalistas, movimento pela saúde pública, para citar alguns.

Essa fase de intensificação da luta de classes no país teve como uma de suas principais expressões os processos de disputas que ocorreram durante a Constituinte, que resultou na Constituição de 1988.

Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo de: reafirmação das liberdades democráticas [...], direitos trabalhistas; e reforma agrária (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 141).

Assim, as disputas, lutas e mobilizações existentes demonstravam que, para além da luta pela garantia de direitos sociais, políticos e econômicos, havia a disputa de projetos societários que tencionavam a dinâmica da luta de classes.

Durante a década de 1980 surgiram importantes organizações que expressavam os avanços das lutas da classe trabalhadora, por meio da realização de várias greves gerais e demais mobilizações operárias e populares. Nesse sentido, Duriguetto e Montañó (2011) destacam a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT em 1983, inspirada inicialmente em um sindicalismo de base classista; do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em 1984, tendo como principais objetivos a luta por terra, reforma agrária e transformação social, e do Partido dos Trabalhadores – PT em 1980, que representou “no início de sua trajetória, um instrumento político de expressão dos interesses da classe trabalhadora [...]” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 243).

Considerando o papel que os movimentos sociais de caráter popular passam a ter nesse contexto, Duriguetto e Montañó (2011), baseando-se em Bihl (1998), consideram a importância e as limitações desses movimentos no âmbito geral da luta de classes. No primeiro sentido, colocam que, ao reivindicarem questões acerca da igualdade de gênero, etnia, ecologia, dentre outros, contribuem para “revelar que as condições da reprodução do capital ultrapassam seu simples movimento econômico para se estender à totalidade das condições sociais de existência” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 266). No segundo sentido, colocam os limites que são impostos pelo fato de suas lutas não questionarem diretamente as relações sociais capitalistas, de terem um caráter particularista e de não conseguirem envolver o proletariado.

Sem desconsiderar a relativa importância das demandas dos ‘NMS’, o fato de terem sua dimensão política reduzida aos limites de seus horizontes imediatos de interesses locais ou singulares acabou por retirar deles a perspectiva de inserção no quadro da realidade econômica, social e política maior e da luta de classes (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 266).

Diante dessa complexa realidade que se configurou, na década de 1980, de crise do capital e, ao mesmo tempo, de avanço do movimento sindical, das diversas lutas e

organizações que representavam os interesses da classe trabalhadora, da existência de movimentos populares que, apesar de seus limites e possibilidades, passaram a ter significativa importância no âmbito das lutas sociais, destacamos que esse foi um importante período de síntese dos processos de lutas construídas até então pela classe trabalhadora e pelos setores populares no país.

Considerando esses elementos econômicos, políticos e sociais da década de 1980, o fenômeno da reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal, instaurado no início dos anos de 1990 no país, e que já havia se iniciado desde a década de 1970 nos países centrais do capitalismo, resultou no acirramento da relação capital e trabalho, principalmente no que diz respeito à precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

O processo da reestruturação produtiva e da acumulação flexível, como já abordado anteriormente, ocasionou também no Brasil uma “maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2010, p. 47). Esse fenômeno se deu diante da ofensiva neoliberal, implantada como uma estratégia ideológica e política para enfrentar a crise capitalista, configurando-se não apenas como uma reforma do Estado, mas, conforme coloca Montaño (2003, p. 26),

O ‘projeto/processo neoliberal’ representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecno-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘reforma do Estado’.

Assim, houve a fragilização da luta sindical e uma perda significativa de diversos direitos sociais conquistados a duras penas pela classe trabalhadora, assim como um retrocesso no âmbito das políticas sociais, em que predominaram “ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 156). Isso em uma realidade marcada pelo histórico de fragilidade e fragmentação das políticas sociais no país, que já vinha expressando “o projeto antinacional, antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.159).

Nesse contexto de enfraquecimento do movimento sindical, parte dos movimentos populares permanecerem com suas lutas e reivindicações, e avançaram no caráter

contestatório do modelo neoliberal. Nesse sentido, se destacou principalmente a atuação de movimentos populares como os de luta pela moradia e o MST.

O MST é um movimento que faz luta política porque a luta pela terra, pela reforma agrária, é parte da luta pelas transformações mais amplas. Não acreditamos que a reforma agrária possa ser realizada dentro das condições da correlação de forças existentes no Brasil. Se a elite quisesse ter feito, teria tido a oportunidade, mas isso não lhes interessa. A luta pela reforma agrária adquire um conteúdo político, ideológico no momento em que você entende que ela é parte das lutas mais amplas por transformações sociais bem mais profundas no Brasil (MAURO, 1999, 209 -210).

Assim, durante esse período, parte dos movimentos populares percebeu, diante dos processos de lutas, que a maioria de suas reivindicações não seria efetivada nos moldes da sociedade capitalista brasileira, o que levou à realização de diversas ações e mobilizações de resistência e contestadoras da ideologia neoliberal. Dentre essas mobilizações e ações podemos citar a realização de marchas, ocupações de latifúndios, prédios públicos, áreas urbanas, ações de denúncias contra empresas internacionais e a formação de articulações políticas como a Via Campesina (movimento internacional organizado desde 1993, que congrega movimentos e organizações camponesas de todo o mundo e que luta por uma agricultura sustentável, por justiça social e dignidade para todos os povos).

Diante da hegemonia neoliberal, a forma como o Estado e a mídia passaram a lidar com os movimentos populares demonstrava que, além da ofensiva do capital contra o trabalho que atingiu a classe trabalhadora através do aumento do desemprego, e o movimento sindical, por meio da cooptação e da repressão, as lutas dos movimentos populares passavam a ser desqualificadas e criminalizadas, como observado por Duriguetto e Montañó (2011).

Com isso, caracterizava-se um período de grandes dificuldades para as lutas da classe trabalhadora no país, potencializadas pela crise do movimento comunista em nível internacional, pela consolidação da estratégia do capital no enfretamento da crise iniciada em 1970 e pela hegemonia do conservadorismo.

É com essa herança dos anos de 1990 que, de forma geral, as principais determinações acerca da realidade brasileira permaneceram na década de 2000, em que houve a continuidade do avanço da hegemonia do capital financeiro e da atuação do Estado para flexibilizar e viabilizar o desenvolvimento do capital, assim como a permanência de correlações de forças desfavoráveis para a classe trabalhadora no âmbito

da luta de classes. Mas do ponto de vista conjuntural, houve como marco a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2003, iniciando-se a fase do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República, o que trouxe alguns elementos específicos acerca da economia, da política e em âmbito social para o país.

Do ponto de vista social, houve a expansão de algumas políticas sociais como a assistência social, a educação no ensino superior e a habitação, implantadas por meio de programas seletivos e de forma predominantemente precarizada, enquanto que políticas estruturantes como a reforma agrária, que poderiam alterar a distribuição de renda no país, mantiveram-se estagnadas. Exemplo disso é que, segundo Santos (2012), em 2010 a concentração de renda no país indicava que 1% dos brasileiros mais ricos continuava detendo o equivalente à renda dos 50% mais pobres.

Diante destas contradições, mas considerando algumas diferenças na atuação do Governo Federal do PT em relação ao período neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado na economia, passou-se a desenvolver o debate sobre a existência de um possível neodesenvolvimentismo na atualidade brasileira.

Nesse debate, autores como Junior (2012) partem do pressuposto de que, embora o período desde a década de 1990 seja de hegemonia da ideologia neoliberal, ao se considerar a atuação do Estado brasileiro através das ações do poder executivo nacional a partir dos anos 2000, pode-se afirmar que a atual conjuntura se configura por ações neodesenvolvimentistas sob marcos neoliberais.

As diferentes análises existentes na perspectiva crítica apontam desde a possível existência de um nacional-desenvolvimentismo às avessas, que inclui a desestruturação da indústria, com o aumento das importações e o domínio do capital financeiro, até a possibilidade da existência de um modelo neodesenvolvimentista enquanto “neoliberalismo reformado”, que tem incentivado a produção industrial do mercado interno e que tem sido dirigido por uma burguesia interna que continua mantendo seu caráter dependente, não possuindo nenhum caráter antiimperialista.

Diante desse debate, concordamos com Almeida (2012), ao afirmar que o período do Governo do PT não seguiu exatamente a ortodoxia neoliberal do período de Fernando Henrique Cardoso, pois “a política do governo Lula incentivou o desenvolvimento da produção industrial [...] e abriu o leque de relações econômicas internacionais [...]” (ALMEIDA, 2012, p. 700). Assim, utilizou de mecanismos de política fiscal, cambial e de crédito para desenvolver a economia, ao mesmo tempo em que se ampliaram as ações

voltadas para os setores mais pauperizados da população, garantindo-se a acumulação para o capital em detrimento da realização de políticas e reformas estruturantes.

Segundo Iasi (2012), a atualidade brasileira está caracterizada pelo avanço da apropriação do fundo público por parte da acumulação privada, associada a uma situação que o autor identifica como “apassivamento da classe trabalhadora”. Embora reconheça a existência da resistência de vários setores da classe trabalhadora, Iasi (2012, p. 287) afirma que “o sentido geral que marca o período [...] parece ser o do apassivamento”. Tal realidade se deve principalmente à ofensiva neoliberal e à reestruturação produtiva dos anos de 1990 e que atingiram o movimento operário. Esse contexto se agravou politicamente devido a um “transformismo” pelo qual passou o PT, principalmente a partir das eleições presidenciais de 2002, em que o pragmatismo para a vitória eleitoral passou a se sobrepor ao seu programa estratégico de aliar as lutas por reformas radicais à luta pela transformação social.

Considerando o histórico do PT, o papel que ele cumpriu nas lutas sociais durante a década de 1980, as características da formação do Estado brasileiro e as determinações atuais acerca da atual fase do capitalismo, o autor sintetiza que, na atualidade, “o pacto nos termos apresentados de uma democracia de cooptação permite disciplinar a luta de classes” (IASI, 2012, p. 315), o que tem colocado desafios cada vez mais complexos para a classe trabalhadora.

Essas reflexões são fundamentais para analisarmos os movimentos populares na atualidade, e sua existência demonstra tanto a complexidade do capitalismo brasileiro contemporâneo e do atual processo da luta de classes, quanto os “avanços na compreensão do governo Lula, tarefa que tem se revelado penosa para as esquerdas” (ALMEIDA, 2012, p. 692). Não teremos condições de aprofundar o referido debate neste artigo, uma vez que há significativas diferenças no âmbito do pensamento crítico sobre o contexto atual da realidade brasileira, mas partindo da perspectiva comum desse campo de análise, destacamos que, de forma estrutural, não há mudanças no padrão de acumulação do capitalismo brasileiro na atualidade.

Diante do processo histórico das lutas sociais no país e considerando o movimento contraditório da luta de classes, identificamos que os movimentos populares adquiriram importância no contexto político brasileiro, principalmente devido ao acúmulo de lutas e enfrentamentos vivenciados juntamente com o movimento operário durante a ditadura civil-militar e no decorrer dos anos de 1980, como abordado anteriormente.

A importância dos movimentos populares se reafirmou sob condições diferenciadas na década de 1990, diante das lutas e resistências frente à realidade de

desigualdade e de repressão às lutas sociais da classe trabalhadora, que se intensificou com o neoliberalismo. Nesse período, os movimentos populares se mantiveram organizados, principalmente para manter os direitos conquistados na década de 1980 e para lutar por bandeiras, como reforma agrária, emprego e moradia.

Dentre os movimentos populares que, fundamentalmente na década de 1990, avançaram na construção de lutas por direitos sociais e com ações contestatórias em relação ao modelo neoliberal podemos citar: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Esses movimentos, que realizaram importantes lutas na década de 1990, permaneceram organizados dos anos 2000 até a atualidade. Diante do histórico de lutas construído e da complexidade atual da realidade brasileira, diversos estudiosos dos movimentos sociais têm colocado questões que contribuem para pensarmos os desafios destes no âmbito das lutas de classes.

Considerando a diversidade de movimentos populares que surgiram pela complexidade adquirida no desenvolvimento da sociedade capitalista, Galvão (2012) coloca que, ao analisarmos, por exemplo, a luta da mulher, do negro e do índio no capitalismo, estas adquirem características que são específicas de tal sociedade. Assim, sustenta que, com a análise marxista, torna-se possível refletir sobre os elementos comuns e a possibilidade de unidade dos movimentos sociais na atualidade. Apesar da heterogeneidade existente e da importância de situá-los no âmbito das lutas de classes, coloca:

A constituição dos movimentos é possibilitada ou dificultada pelos diferentes projetos políticos e concepções ideológicas das organizações que medeiam a ação das classes dominadas; por suas deficiências organizativas; pelo regime político em vigor; pela reação dos dominantes (que vai da cooptação à repressão); e pela eventual divisão dos dominantes, que pode fortalecer politicamente os dominados (GALVÃO, 2012, p. 254-255).

Analisando o contexto atual das lutas sociais, Machado (2006) afirma que um dos maiores desafios enfrentados pelos movimentos populares, na atualidade, é fazer com que a inserção nos diversos campos de luta da vida social se torne um mecanismo de fortalecimento da luta política da classe trabalhadora. Assim, aborda a problemática

dessas formas de luta, que até então têm se mostrado limitadas, “uma vez que não têm conseguido questionar, de maneira mais decisiva, a hegemonia política do bloco no poder, ou seja, do capital financeiro” (MACHADO, 2006, p. 62).

Em relação ao período da década de 2000, Duriguetto (2008) aborda que a questão do incentivo ao terceiro setor, a estratégia de negociação por parte do Estado, no viés de colaboração e busca de consensos, a existência de uma contundente política de cooptação de lideranças sindicais e populares e a criminalização das lutas sociais através de ações coercitivas e repressoras por parte das diversas instâncias do Estado têm sido grandes desafios enfrentados pelos movimentos populares na atualidade. Mas, apesar deste contexto, a autora também destaca a importância desses movimentos no contexto da luta de classes, quando afirma: “No campo dos movimentos sociais também evidencia-se a presença de movimentos que vêm ativando a luta de classes nos marcos das contemporâneas condições de dominação e exploração” (DURIGUETTO, 2008, p. 63).

Considerando essa realidade, Stampa (2010) aborda a questão da relação entre o movimento sindical e os movimentos populares, e coloca que as transformações ocorridas no mundo do trabalho trouxeram o desafio iminente da realização de alianças políticas entre ambos os tipos de movimentos, como uma estratégia para enfrentar a ofensiva neoliberal. Abordando as contradições enfrentadas pelo movimento sindical no contexto do Governo do PT, a autora considera a importância que os movimentos populares adquiriram na atualidade e, ao mesmo tempo, coloca como desafio para o movimento sindical transcender suas lutas corporativas, no sentido de “dar uma maior atenção a questões sociais não diretamente ligadas ao mundo do trabalho, mas que se refletem no mesmo” (STAMPA, 2010, p. 158).

Nesse sentido, a construção de alianças no âmbito da luta de classes é fundamental, considerando a importância histórica do movimento sindical como uma das principais formas de organização da classe trabalhadora, sendo os movimentos populares formas de lutas sociais que conseguiram organizar e mobilizar diversas bases sociais no auge da ofensiva neoliberal no país.

Esses movimentos, além de organizarem diversos segmentos, resgataram, desde a década de 1990, a importância da organização e da luta social, em um período de predominância da apatia política e de retomada do conservadorismo, ao mesmo tempo em que mantiveram a resistência frente à ofensiva neoliberal.

Apesar disso, Braz (2012) afirma ser ainda insuficiente o conhecimento da configuração que a classe trabalhadora adquiriu na atualidade, assim como de suas lutas, principalmente a partir de 1990. O autor reafirma a atualidade da luta de classes e chama

a atenção para a problemática da ausência de um projeto societário alternativo, nos dias de hoje, que consiga aglutinar o conjunto das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores e proporcione avanços para além das articulações anti-imperialistas, embora reconheça a importância de tais ações.

Devido ao histórico das experiências socialistas, que deixou grandes desafios para a continuidade das lutas da classe trabalhadora, e à ofensiva ideológica da burguesia desde os anos de 1990, o autor coloca que “a própria tarefa de refundação de um projeto socialista tornou-se extremamente dificultosa nos dias atuais, em pleno século XXI” (BRAZ, 2013, p. 137). Assim, as lutas sociais têm se limitado aos marcos de uma perspectiva fragmentada e defensiva, “assumindo um caráter cada vez mais particularista” (BRAZ, 2013, p. 137), que inclusive tem sido referência para análises que se situam no campo de um “conformismo possibilista”.

Considerando esses elementos, percebemos, na atualidade, que os desafios colocados para os movimentos populares na realidade brasileira estão permeados pela continuidade da fragilidade do movimento operário; pela permanência da reestruturação produtiva; pela predominância do capital financeiro no contexto imperialista; pela continuidade de uma correlação de forças desfavoráveis para as lutas da classe trabalhadora e por uma conjuntura política que se complexifica com o PT no Governo Federal. De forma geral, esses elementos têm dificultado as lutas dos movimentos populares e do movimento sindical, além das possibilidades de alianças entre esses movimentos e a esquerda como um todo.

Com isso, entendemos que os desdobramentos da atuação dos movimentos populares não se situam apenas nos limites de suas próprias lutas específicas. Por isso, para melhor apreendermos seus limites e possibilidades, é importante situá-los diante dos determinantes gerais das lutas de classes, tanto do ponto de vista estrutural, quanto conjuntural, como buscamos fazer no decorrer deste artigo.

Diante do movimento histórico e do processo das lutas sociais no país, entendemos que os movimentos populares podem contribuir para o acirramento das contradições intrínsecas à sociedade capitalista, podendo levar, a partir de uma atuação conjunta com o movimento operário, à alteração da atual correlação de forças.

Nesse sentido, afirmarmos que os movimentos populares passaram a exprimir, desde a década de 1980 até a atualidade, os aspectos complexos e contraditórios do processo das lutas de classes no Brasil. Por outro lado, os desafios enfrentados por esses movimentos expressam parte dos desafios de luta e organização que devem ser enfrentados pelo conjunto da classe trabalhadora.

Considerando os desafios atuais, Duriguetto e Montaña (2011) afirmam que a articulação entre os movimentos sociais e o movimento operário colocaria a possibilidade de superação das lutas particularistas e, baseando-se em Bihr (1998), os autores colocam que a dificuldade para que isso se efetive é algo que expressa os limites do movimento operário, que, no decorrer da história, tornou-se, também, em limites dos movimentos populares. Diante desses elementos, e considerando o processo histórico e a atualidade das lutas sociais no país, essas complexas questões se colocam como desafios que ambos os movimentos precisarão enfrentar no contexto atual da luta de classes.

Considerações finais

Com esses breves apontamentos, identificamos que os desafios apontados sobre os movimentos populares na atualidade demonstram a importância que esses movimentos adquiriram, incidindo de forma dialética no processo da luta de classes no país. Diante dos elementos teóricos e históricos abordados neste artigo, entendemos que o movimento contraditório da realidade somente é apreendido na medida em que conseguimos entender que os homens fazem a história sob condições objetivas historicamente determinadas.

A partir desta perspectiva e tendo como concepção que os movimentos populares são formas de lutas sociais que se situam no processo das lutas de classes, identificamos que, apesar dos movimentos populares de forma geral não questionarem diretamente as relações sociais capitalistas e de lutarem por demandas particularistas no âmbito das lutas de classes da formação social brasileira, esses movimentos, juntamente com o movimento operário, contribuíram, no contexto de 1980, para o avanço das lutas gerais da classe trabalhadora; na década de 1990 foram fundamentais na realização de lutas e resistências à ofensiva neoliberal; e na atualidade têm enfrentado desafios para avançar em suas próprias lutas e na construção de alianças com o movimento sindical.

Ao mesmo tempo, identificamos que o processo da luta política maior só pode avançar com a retomada do movimento operário, na medida em que este passar a realizar ações ofensivas ao capital e recriar suas formas de organização política de caráter universal, considerando seu legado histórico e os atuais desafios colocados.

Diante da complexa configuração e dinâmica adquiridas na sociedade capitalista, reafirmamos que os movimentos populares são parte fundamental do processo das lutas de classes, em particular no âmbito da realidade brasileira. Com isso, aprofundarmos no debate sobre seus limites e possibilidades é importante para percebermos em que medida esses movimentos podem contribuir para o acirramento das contradições intrínsecas ao

capitalismo, estando ao mesmo tempo condicionados pela realidade e diante da possibilidade histórica de avançarem na construção de um projeto societário em que haja o fim da exploração da classe trabalhadora, assim como de todas as formas de opressão.

Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.112, p. 689-710, out./dez. 2012.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRAZ, Marcelo. *Partido e Revolução: 1848-1989*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 111, p.468-492, jul./set. 2012.
- _____. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais e tormento de Sísifo das ciências sociais. In: BRAVO, M. I. S; MENEZES, J. S. B. de (Org.). *Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. In: *Temporalis*. ABEPSS, Ano VIII, n. 16, p.45-66, 2008.
- _____; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica Serviço Social).
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2005.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: GALVÃO, et. al. *Capitalismo: crises e resistências*. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- JUNIOR, Armando Boito. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: GALVÃO, Andréia; JUNIOR, Armando Boito (Org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.
- IASI, Mauro. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilasio et al (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOPES, Josefa Batista. A relação serviço social – movimento social: indicações para um estudo. *Revista Serviço Social e Movimento Social*. São Luis: EDUFMA, v. 1, n. 1, p. 7-20, 1999.
- LOWY, Michael. O romantismo revolucionário dos movimentos de maio. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MACHADO, Eliel. Lutas e resistências na América Latina hoje. *Revista Lutas & Resistências*, Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, n. 1, p.54-64. Londrina: Midiograf, 2006.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAURO, Gilmar. Balanço provisório do MST. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luís Bernardo (Org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. 2. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

NETTO, José Paulo. Apresentação da segunda edição em português. In: CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. O debate teórico acerca dos novos movimentos sociais no Brasil: um balanço crítico. *Revista Serviço Social e Movimento Social*. São Luís: EDUFMA, v. 2, n. 2, p.119-129, 2000.

STAMPA, Inez Terezinha. Trabalho e movimentos sociais: diálogo possível? In: *Argumentum*. Vitória, v.2, n.2, p.149-162, jul./dez. 2010.

Artigo recebido em: 14/12/2013. Aprovado em: 30/01/2014.